

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Alberto de Sá Filho

Diretor de Redação
Ronaldo Martins Junqueira

Diretor Financeiro
Evaristo de Oliveira

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

CORREIO

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Solução negociada

A coerência observada pelo Brasil em relação à dívida externa, desde o início da nova gestão presidencial, pressupõe a existência de clima favorável à missão do Fundo Monetário Internacional, hoje em Brasília, encarregada de proceder a uma auditoria preliminar sobre as contas públicas do Governo. De fato, em conferência perante alunos e estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio, o presidente Fernando Collor reafirmou os propósitos da política exterior brasileira de buscar uma solução negociada para a questão.

Com o saneamento das finanças públicas e a razoável estabilização já conseguida na economia, no primeiro caso em função do superávit previsto de 1,2 por cento e, no segundo, pela quebra da espinha dorsal da inflação, o Brasil cultiva fundadas esperanças de obter apoio para um acordo original sobre a dívida externa. Nas condições a que estão expostas hoje as relações multilaterais, às quais o Governo brasileiro aderiu resolutamente, inclusive pela abertura do mercado interno à concorrência internacional, é indispensável encontrar fórmulas fora da ortodoxia para resolver pendências como a dívida externa.

Os credores privados e as instituições públicas habilitadas nos ativos brasileiros naturalmente acompanham os esforços tenazes do governo Collor para restabelecer a normalidade econômica no País a devolvê-lo a um novo e mais fecundo estágio de desenvolvimento.

Não há como escapar à racionalidade política e, até mesmo, ao interesse de sentido mais utilitarista, na consideração de que o fortalecimento econômico do Brasil ensejará garantias adicionais para o processo de liquidação da dívida.

“Não temos qualquer inclinação para o confronto. Estamos inteiramente abertos ao diálogo e à negociação de fórmulas externamente aceitáveis” — resumiu o presidente da República, em sua fala na ESG, a solução para o problema, concebida do ângulo em que se posiciona o Governo brasileiro. Vê-se, portanto, que a iniciativa de Collor abre vasto leque de possibilidade para conduzir a negociação ao êxito, entendido este como a pacificação de todos os interesses em causa.

Será útil à missão do FMI avançar a análise sobre as perspectivas abertas à economia brasileira não somente em razão do equilíbrio alcançado nas finanças oficiais e da redução da taxa inflacionária, mas, igualmente, como consequência de outros fatores estruturais importantes. Vale citar, a esse propósito, a nova política industrial, singularizada pela derrubada de cartéis e quaisquer outros tipos de favorecimento, e os ajustes promovidos pela diretoria fiscal, de onde se esperam suprimentos adequados de recursos públicos. Como se sabe, a estabilidade interna aduz às negociações fontes adicionais de confiança, aliás na linha do entendimento clássico do FMI.